

Configurações entre o tráfico de drogas e a violência*

Resumo

Nos debates socioantropológicos e nas difusões midiáticas sobre a problemática das drogas¹, tende-se a centralizar a abordagem na relação entre tráfico, violência e exclusão, muitas vezes naturalizando as drogas como um fator de desequilíbrio na configuração sociocultural contemporânea. Tal perspectiva releva menos o discurso emitido do *lugar* do usuário, que seu *papel* como elo mais vulnerável da rede de consumo – principalmente sendo o comércio das drogas ilícitas o mais rentável do mercado. A presente comunicação objetiva investigar se, e como, ao reificar a relação entre drogas e ilícito, estigmatiza-se a identidade e as marcas distintivas do usuário, sendo ele socialmente integrado ou não.

O agente que desestrutura !?!

Vivemos num país com características socioculturais extremas; por um lado, distribuição desigual de renda, índice de assassinatos altíssimo, imagem pública tradicionalmente ligada à corrupção², além de grandes bolsões de analfabetismo, e por outro lado, uma cultura que explicita o lúdico – carnaval, futebol, jogos de azar – de forma intensa. Essa configuração é diferenciada de configurações observadas na América do Norte e na Europa, de onde importamos boa parte dos estudos sobre consumo de drogas. Na medida em que nos atemos à observação de algumas peculiaridades da identidade do usuário de drogas local, e, se para tanto, usamos referenciais teóricos que chegam do hemisfério norte, que fique claro que o nosso papel socioantropológico, é contextualizar a teoria à luz da prática local.

* - Este artigo foi extraído da dissertação: Consumir e ser consumido, eis a questão! configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. PPGCS, UFBA, 2005.

¹ - Droga é um termo cujos sentidos adquiriram tamanha dimensão, que seus efeitos atuais mais notórios são propiciados não tanto por propriedades químicas, mas por uma carga cultural de valores, de modo que o recorte aqui feito não se fecha ao redor de um psicoativo específico, e sim ao redor de drogas no geral. Assim, para acessar a perspectiva proposta, ao invés de *substância psicoativa*, usaremos o termo *droga*.

² - O Índice de Percepção de Corrupção 2004 da Transparência, que inclui 146 países, coloca o Brasil na 59a. posição - quanto mais baixa a colocação, maior a percepção de corrupção do país. (A Tarde: 20/10/04).

Os aspectos lúdicos da cultura brasileira são uma fonte rica em capital simbólico, porém, nem sempre são conjugados com viabilidades legais, lícitas, para serem convertidos em fonte de renda para grande parte da população que abraça tais valores. Pelo contrário, muitas vezes, o lúdico parece apenas tapar o buraco de condições sociais que restringem uma melhor qualidade de vida. Apesar disso, não se deve lançar um olhar sobre tal fato como se tratando de valores antagônicos, irreconciliáveis, até porque o enfrentamento das atividades não recreativas – ou seja, a luta pela sobrevivência cotidiana - e as atividades lúdicas, guardam uma interface mimética³, sendo senão complementares, partes de um processo no desdobrar de suas vicissitudes.

Nesse ínterim, o mercado informal vem crescendo como alternativa estrutural para os que não se pretendem deixar abater pela exclusão – serem/estarem *outsiders* - e com certa incorporação do lúdico enquanto capital, a informalidade é convertida numa possibilidade de inclusão. Duas das manifestações mais presentes da informalidade na ordem do dia são o contrabando/pirataria de produtos eletrônicos; cds, dvds, cigarros, bebidas, etc., e o tráfico de drogas. Os produtos contrabandeados não provocam tanto espanto à sociedade – como também o contrabando de armas até alguns anos atrás - basicamente porque existe um comércio lícito, legalizado, para tais produtos. Esse contato legalmente permitido reduz o estranhamento. Já o tráfico de drogas difere basicamente por tratar com produtos que são considerados ilícitos, ou seja, não possuem um *status* legal para circular na sociedade – e só aqui, quando associado ao tráfico de drogas, o contrabando de armas gera mal-estar. Diante do atual quadro de desemprego, essa dupla via de escoamento informal acaba amortecendo o impacto das atividades ilícitas, principalmente quando a racionalidade que prevalece no senso comum é que os indivíduos precisam trabalhar de qualquer jeito, labutar para sobreviver no cotidiano.

Sendo esta uma cultura lúdica, é também uma cultura tradicionalmente moral que cada vez mais reflexivamente vê uma pergunta repercutir através dos veículos midiáticos: por que alguém se envolve com o tráfico? Uma primeira resposta – porém parcial - é que, no rastro de uma herança de corrupção e impunidade, os produtos ilícitos são aqueles que parecem gerar lucros em menor espaço de tempo. Talvez não seja tão simples assim, como constata o repórter Caco Barcelos, autor do livro *Abusado*, uma investigação sobre o chefe do crime organizado no morro da Rocinha no Rio,

³ - “(o mimético) se refere ao fato de que os acontecimentos e atividades agrupados sob esse nome, compartilham as seguintes características estruturais: Medo e alegria, angústia e amor, empatia e inimizade, amizade e ódio.” (Elias:1992, 154/5).

Marcinho VP, que pouco depois do lançamento do livro foi executado na cadeia: “Para mim, é muito claro que todo traficante, sem exagero, teve experiência com o mercado formal de trabalho, talvez só o Juliano – nome fictício de VP - não tenha tido. E, sem exagero e sem exceção, todos têm ou tiveram uma mãe empregada doméstica. Então, eles conhecem, muito melhor do que a própria classe média, a realidade da vida do Rio de Janeiro. No caso das próprias empregadas domésticas, conhecem a intimidade das famílias de classe média alta. E é muito claro que essas mães levam informação para os filhos em casa. E que sabem muito bem que os empregadores não falam a verdade quando dizem que não podem pagar um salário legal. Conhecem a intimidade e, se forem curiosas, têm o segredo da correspondência financeira da família. Vêem o excesso. O filho da classe média alta talvez gaste numa noite de balada o que a empregada ganha no mês”(Caros Amigos nº 76, 07/02).

Nessa perspectiva, o tráfico poderia ser visto como um atalho lúdico para o sucesso? Se pensarmos que boa parte do tráfico internacional – aquele que gera cerca de 100 bilhões de dólares por ano para as lavagens de dinheiro do sistema bancário (Maierovitch, 2004) – não gera muito lucro para uma grande quantidade de pequenos traficantes, e sim para um número reduzido de traficantes, que na verdade não são excluídos, a resposta é sim. Já pensando nos traficantes locais, emblemáticos através da mídia, cercados pela violência, raramente chegando a envelhecer para gastar o dinheiro que ganham, a resposta talvez seja, não! – a não ser que sucesso se restrinja aos 15 minutos de fama preconizados por Andy Warhol. A racionalidade posta em questão é que, sendo “naturalizado” que o tráfico é um crime hediondo⁴ e que o traficante é o veículo do mal reencantado (Zaluar), esse personagem tem assim construído uma configuração propícia para demandar um *status* pertinente – sendo que este *status* é o estigma ressignificado - cercando seu tráfico com uma aura de maldade e violência, aura esta que lhe confere identidade. No filme *Cidade de Deus*, o traficante Zé Pequeno tem seus 15 minutos de fama quando vê a foto de sua *gang* com armas nas mãos estampada num jornal, independente dos riscos que essa exposição possa acarretar.

Essa realidade, longe de ser mera ficção, extrapola as telas de cinema. Numa matéria publicada na Folha de São Paulo em 13/10/04, é reproduzida uma reportagem publicada no jornal britânico *The Independent*, sobre o repercussão do assassinato do

⁴ - assim como seqüestro, terrorismo e estupro, o tráfico é constitucionalmente um crime inafiançável, não carecendo sequer de mandado de busca para apreensão, o que aos olhos da maioria dos cidadãos o caracteriza como “naturalmente” hediondo.

ex-trafficante Escadinha, intitulada: *A cidade da cocaína e da carnificina*. O jornal paulista reflete uma grande preocupação com as conseqüências ao capital cultural brasileiro, que possam advir da reflexividade de tal matéria no exterior. Alguns trechos seguem aqui reproduzidos: “Escaldadas ao sol da tarde de sexta-feira, cerca de 300 pessoas levam o carnaval a um cemitério de subúrbio, na zona oeste do Rio. O grupo está cantando um samba. Seu rei - um dos mais notórios traficantes de drogas da cidade - foi morto, o corpo dilacerado por 12 tiros. Reunida em torno da sepultura, a massa canta com vontade, gritando: "Ei, ei, ei, Escadinha é o nosso rei"”. O texto segue sua construção: “um herói popular do crime organizado brasileiro no século 20 estava estendido no meio da movimentada avenida, cercado por uma poça de sangue... Sentenciado a 51 anos de prisão por tráfico de drogas, Escadinha, pai de cinco filhos, se tornou cristão evangélico e chegou até a desfrutar de uma breve carreira no rap. Em 1999, gravou uma faixa chamada "O Crime Nunca Mais", com o *rapper* MV Bill,... Como chefe da favela, Escadinha tomava conta dos moradores locais”. No Jardim Catarina, subúrbio de São Gonçalo onde Escadinha costumava operar, os sentimentos são semelhantes. "Não consigo ficar zangado com os traficantes, porque são gente do povo, e não posso ficar zangado com o meu povo", diz um morador... "a fase dos traficantes atenciosos, que respeitavam a comunidade, está cada vez mais distante, e eles são cada vez mais truculentos" completa um outro.

Outra matéria publicada no mesmo recorte temporal por um colunista do jornal virtual *ibest on line*, intitulada *Éramos felizes e não sabíamos*, faz uma referência nostálgica ao tempo em que Escadinha era o Rei do Rio. “O mito do bom bandido vai muito além do assistencialismo social que o crime organizado prestava no lugar do Estado nas comunidades carentes que cercam as bocas de fumo. Assim como Zico, Escadinha personifica uma época em que os valores éticos e morais ainda se mantinham minimamente preservados... Muito mais que qualquer centro avante que tenha passado pelo Flamengo nesse século, viverá para sempre na memória do carioca...Não à toa, Escadinha morreu aos 49 anos numa época em que seus sucessores no tráfico de drogas tombam antes dos 30”.

Como está posto nessas difusões midiáticas, pelo sistema perito chamado imprensa – tão representativa da reflexividade de que fala Giddens - sem muitos outros elementos que sirvam como constituintes de uma construção identitária socialmente reconhecível, o tráfico permite ao trafficante um reconhecimento, um valor, uma distinção, que inverte o sentido do processo civilizador – caracterizado pela não utilização da violência como

o cimento social que configura relações de longa duração. Na impossibilidade de ser reconhecido através de recursos civilizados – ou pacíficos – o traficante oriundo das periferias dos centros urbanos, busca pertencimento e reconhecimento pela identificação com a violência que o comércio de drogas ilícitas propicia. A mesma matéria do *The Independent*, segue dizendo que: “Dudu (traficante), que tentou invadir a Rocinha alguns meses atrás, supostamente teria servido rivais como refeição ao seu jacaré de estimação. Outros comandantes do tráfico de drogas tratam inimigos com brutalidade semelhante, forçando-os a nadar por esgotos a céu aberto ou queimando-os nos chamados microondas, crematórios improvisados criados com pneus de carros. Em 2002, um jornalista que estava trabalhando infiltrado foi retalhado com uma espada samurai por um traficante conhecido como Elias Maluco” – e por este último exemplo, fica claro o alcance da reflexividade e da flexibilização de papéis, pois quando os veículos de difusão midiática (re)produzem valores contrários aos interesses dos seus objetos focais, a própria mídia absorve as conseqüências reflexivas desses objetos.

A partir dos anos 90, com a resignificação da identidade do traficante provedor comunitário – tipo Robin Hood/Charles Anjo 45 - para traficante desestruturador comunitário - tipo *Bad Boy* -, ou simplesmente do mito de Escadinha para o mito de Gangan, o contrabando de armas passa a ser representado socialmente como configurador do tráfico. O próprio Gangan, morto alguns dias depois da morte de Escadinha, é enquadrado numa representação social que o afasta dos vínculos tradicionais de solidariedade comunitária representado pelo mito Escadinha: “A população em geral de favelas conhecia o traficante, via o traficante crescer, então tinha meios de conversa e negociação. Hoje, o que nós temos são pessoas de fora da favela chegando em massa e ocupando militarmente, belicamente aquela favela, expulsando ou matando. Entram na favela não por amor aos favelados que moram ali, mas porque querem os pontos de venda”, diz o pesquisador Gláucio Soares, do IUPERJ (Jornal da Globo, 13/10/04). Assim o que alguns traficantes podem desfrutar além de dinheiro rápido, é a representação social de serem grandes criminosos, respeitáveis⁵, exatamente pelo estigma/*status* de serem *outsiders* violentamente estabelecidos, midiaticizados como agentes desestruturadores da ordem nas grandes metrópoles.

Essa representação do traficante carregada de crescente carga de violência, vem aos poucos sendo tatuada na pele dos usuários por via do discurso que vem acompanhando

⁵ – um interlocutor relatou que esteve cerca de 2 anos preso por envolvimento com o tráfico. Na cadeia ele percebeu que, ter sido preso por traficar, lhe propiciou um *status* considerável entre os presos.

muitas campanhas publicitárias de prevenção – ou melhor, de combate - veiculadas desde o fim do ano de 2002. Indo além da perspectiva econômica a ilicitude traz reflexividades outras às identidades configuradas, que talvez sejam mais fortes que o lucro financeiro do tráfico ou o efeito químico do uso⁶, embora as veiculações midiáticas focalizem basicamente estes pontos. Quando o estigma de ser traficante ou usuário, adere à pele de um cidadão, sua identidade torna-se passível de ser reconfigurada, de forma que outras de suas características psicossociais constitutivas, tendam a tornar-se secundárias. Além disso, o fato de outras modalidades de trabalho formal ou informal não propiciarem dinheiro tão rapidamente quanto o tráfico, aumenta o estigma associado a essa atividade, pois quem não ganha dinheiro tão rápido quanto, tende a se sentir lesado.

Então, recapitulando e voltando a pergunta levantada por alguns veículos midiáticos; *por que alguém se envolve com o tráfico?* podemos dar uma segunda resposta – que também é parcial, talvez mais parcial ainda que a primeira, pois não depende exatamente do ponto de vista do traficante. Trazendo Howard Becker à discussão, com suas observações sobre desvio social, não é difícil entender porque numa situação em grande parte adversa, como a vivida por boa parte da população que não tem acesso ao consumo, a *motivação de atos desviantes* ganha vigência. Num jogo de poder onde as cartas parecem estar marcadas, alguns são tentados a estabelecer ludicamente, regras paralelas que lhes favoreçam, ou que no mínimo não favoreçam a quem geralmente leva vantagem – e aqui seria de um reducionismo descabido creditar esse desvio especificamente aos que estão excluídos do consumo material. Porém, na medida em que a exclusão aumenta a impossibilidade de construir uma identidade socialmente consumível, a exclusão acaba sendo, uma facilitadora para a consumação do desvio. Contudo, é importante salientar que um ato desviante não é um ato individual, ele é construído socialmente – conscientemente ou não - de forma que buscar pertencimento através do desvio torna-se parte da construção da própria identidade. “...os grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio

⁶ - “as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico - ou ostentatório - que transmuta os bens em signos, as diferenças de fatos em distinções significantes” (Bourdieu:1992,16).

não é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor”. (Becker: 1997, 8/9).

O que nos interessa prioritariamente aqui nessa comunicação, é que na teia de relações sociais contemporaneamente configuradas, o estigma do tráfico enquanto desvio, não se restringe aos traficantes, pois, os usuários de drogas são mimeticamente cada vez mais estigmatizados como co-responsáveis pela violência desse tráfico. Nessa posição vulnerável, o usuário acaba sendo vítima de dupla violência; a produzida diretamente em função do tráfico - por parte de alguns traficantes, e por parte da polícia - e a violência simbólica produzida pelo resto da sociedade, representada por setores como família, escola e instituições religiosas, devidamente interpenetradas por valores difundidos midiaticamente.

Becker, em sua obra crucial - *Outsiders* - analisa a maneira como usuários de maconha a partir das experiências em grupo, constroem suas identitárias carreiras de maconheiros. O autor dá atenção à quantidade e à qualidade das informações sobre o uso de maconha que circulam nesses grupos, buscando saber como tais informações influenciam e determinam as representações dos usuários. Para se tornar um usuário de maconha é necessário fazer parte da subcultura da droga, assim adquirindo a prática dos procedimentos adequados de uso: identificando dentre seus efeitos aqueles que são esperados, bem como aprendendo a percebê-los como prazerosos. Dessa forma torna-se viável reconstruir os próprios valores sobre a substância psicoativa, distanciando-se daqueles valores reproduzidos no senso comum, que tendem a categorizar a subcultura da droga como indistintamente negativa. O autor projeta a mesma racionalidade em relação ao consumo de outras drogas.

Nesse sentido, o consumo de drogas, muito mais do que regulado pela repressão policial ou pela violência do tráfico, é fundamentalmente determinado pela forma como as sanções e rituais sociais da subcultura da droga são assimilados pelos usuários. Tal aprendizado depende não só das informações sobre a droga, os procedimentos práticos de uso e sua disponibilidade de acesso, mas também da relação dos usuários com os não usuários, com outras subculturas. Sobrepondo Norbert Elias a Becker, podemos pensar que as informações dos usuários seriam os *habitus* sociais⁷, a partir dos quais as

⁷ - *habitus* social na perspectiva de Elias: “cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade” (1994:150).

configurações – teias de relações – são processadas. As interdependências e interpenetrações inter e intra-subculturais, configuram o usuário.

Este último item é de capital importância, pois, de acordo com Elias, as interdependências e interpenetrações nas configurações cotidianas, dispõem indivíduo e sociedade – afinal vivemos numa “sociedade de indivíduos”, como ele bem intitula sua derradeira obra - que mesmo podendo soar antagônicos em interesses, são na verdade, faces da mesma moeda. Segundo o autor, as reduções processuais induzem a uma leitura estática dos fenômenos sociais, gerando dificuldade para perceber que o valor da moeda indivíduo/sociedade está em sua circulação, e não em sua retenção num museu conceitual, o que em relação ao tema aqui proposto, soa como se não apenas indivíduo e sociedade, mas usuários e não usuários não estivessem em dinâmica relação processual, como se não se retroalimentassem mutuamente. Dessa forma o usuário estaria sempre reduzido à condição única e constante de usuário, que só se reconhece nesses termos. De forma contrária a esta redução processual, os *habitus* sociais não diretamente relacionados ao usuário – ou seja, os *habitus* dos não usuários - também fazem parte do repertório dos usuários, pois no processo figuracional, um usuário inevitavelmente tem outras relações além das que mantém com usuários, embora o estigma faça com que essa percepção não seja tão óbvia.

De acordo com a proposta de Elias, podemos pensar que o usuário com seus pares usuários, configura um certo *Nós*, assim como com outros não usuários, ele configurará outros *Nós* - o *Nós* familiar, o *Nós* colegas de trabalho, e outros tantos *Nós*, o que de certa forma equivale as várias subculturas com seus ritos e sanções. Tais possibilidades relacionais poderão configurar um conflito que porá o usuário em cheque, na medida em que ele se propuser fazer parte de certo grupo onde seu *Eu* usuário destoe do *Nós* grupal, se este for um grupo não usuário. Nesse grupo, seu *Eu* usuário tenderá a ser visto como o *outsider*⁸ que será rechaçado pelo *Nós* não usuários, enquanto este último *Nós* será visto como estabelecido, grupo dominante na configuração.

Isso posto, vemos como a centralidade imputada pelo marxismo à díade burguesia/proletariado enquanto relações de poder, é deslocada por Elias para a díade

⁸ - se tal reflexão causa estranhamento, não devemos desconsiderar que o livro de Becker, *Outsiders*, e o de Goffman, *Estigma*, tenham sido lançados em 1963, enquanto o livro de Elias, *Os estabelecidos e os outsiders*, foi publicado em 1965. Os três livros enfocam estudos sobre comportamentos tidos como desviantes ou não estabelecidos enquanto conduta padrão diante dos códigos de civilidade, num tipo de abordagem socioantropológica que na época era bastante inovador. Com exceção da Escola de Chicago – da qual Becker é membro da 2ª geração - até então a sociologia tratava do comportamento estabelecido enquanto civilizado, ao passo que a antropologia estudava o desvio, mas o desvio de culturas não urbanas, ou mesmo não civilizadas.

estabelecidos e *outsiders*, pois o cerne da questão é a dominação. A dominação é um exercício de poder, uma relação que perpassa não apenas classe, mas também etnia e gênero, estabelecendo configurações que flexibilizam tais categorias quanto ao lugar de poder emitido, ou seja, tanto na classe, no gênero como na etnia, há quem domine e quem seja dominado, numa relação processual. Nas configurações sociais, de forma geral “O grau de integração depende da assimilação dos *outsiders* e da capacidade dos grupos estabelecidos de assimilá-los” (2001:141), o que indica que um lado da moeda depende do outro para ter valor. Deve-se relevar os aspectos configuracionais dos diferenciais de poder relacionados a distinções no grau e no posicionamento da organização dos indivíduos em questão. A dinâmica do processo fica por conta de que indivíduos ou grupos ocupando posições *outsiders* em relação a determinados grupos estabelecidos, ressignifiquem suas práticas e seus lugares quanto à dominação.

Neste projeto presente, o estigma que identifica tais *outsiders* é o consumo de drogas. Ora, se um usuário de drogas está de sobremaneira restrito a subcultura das drogas, não há muito o que acrescentar, mas muitas vezes, um usuário de drogas, ocupa lugares sociais estabelecidos – por ex: sendo um profissional bem sucedido, integrado. Assim, esse indivíduo no processo de configuração, é *outsider* e é estabelecido. Essa dupla relacionalidade identitária tem características muito próprias, pois ao flexibilizar o lugar de poder, flexibiliza-se o grau de dominação a que esse indivíduo está exposto - podendo seu *Eu* fazer parte de um *Nós* dominante aqui, e de um *Nós* dominado ali. Dessa forma, o estigma para com o usuário muitas vezes pode não ser contra o indivíduo, mas contra a unidade estrutural que ele representa – o grupo ou comunidade *Nós* de usuários, que vistos de forma estática, são incompatíveis com a comunidade *Nós* de profissionais bem sucedidos.

Interfaceando a perspectiva de Elias com a de Goffman, a eficácia do estigma dá-se quando o grupo estigmatizador não permite ao grupo estigmatizado alcançar lugares de poder⁹. No caso de usuários que tenham a subcultura das drogas como ponto central de suas relações, com isso não otimizando outras relacionalidades, o uso de drogas é o estigma que os denuncia como inferiores, estigma este que tenderá a ser universalmente reificado, nas relações com não usuários, mesmo que esse não usuário em outra configuração seja *outsider*: “Seis ‘hippies sem-teto’ foram desalojados de um hotel

⁹ - No governo do presidente norte-americano Ronald Reagan, passou a ser norma que funcionários públicos realizassem exames de urina regularmente, visando detectar uso de drogas, com fins de barrá-lhes o acesso à carreira.

abandonado, não por policiais da Tropa de Choque ou seguranças particulares contratados, mas por militantes... sem-teto. Cerca de 20 membros do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto da Região Central invadiram, às 22h30 de anteontem, o hotel já ocupado, na rua 13 de Maio, no Bexiga (região central). Com 17 quartos, o hotel estava abandonado há cerca de oito meses. Seis moradores de rua, quatro homens e duas mulheres, que viviam no hotel abandonado há cerca de dois meses, foram expulsos pelos militantes. ‘Nós os colocamos para fora porque eram um monte de hippies usuários de drogas, e o movimento não pode conviver com o consumo de droga’, disse o coordenador-geral do movimento Amilton de Souza.” Folha de São Paulo, 26/10/04. O *outsider* usuário é posto numa posição de inferioridade diante do *outsider* não usuário, pelo poder de dominação emanado do próprio *outsider* não usuário.

Nessa perspectiva quaisquer dificuldades sociais dos *outsiders* usuários são vistas como problemas dos usuários, e não como problemas de relacionamento. A lógica subliminar aqui é que o estabelecido faz parte da estrutura, enquanto o *outsider* é um agente fora dela, deslocado. “Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos vêem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade *de poder* como um sinal de inferioridade *humana*” (Elias:2000,28), e por consequência, o usuário de drogas é concebido como um indivíduo desestruturado, desintegrado. O estigma só pode vir a ser quebrado na medida em que o *outsider* ocupe um lugar de poder privilegiado, ou seja, um lugar estabelecido. As desigualdades no equilíbrio das relações de poder só diminuem, quando os *outsiders* em configurações outras do *Eu* - em lugares que não os de usuários - são necessários aos estabelecidos, ou mais precisamente ao *establishment*.

O estigma é uma arma usada pelos estabelecidos na luta não apenas para manter os *outsiders* sob dominação, mas também para não serem eles, os estabelecidos, ressignificados como *outsiders*, enquanto estes por sua vez, estão lutando para tornarem-se estabelecidos, ou no mínimo não serem perenemente estigmatizados como *outsiders*. Dito isto, que fique claro que as representações de usuários e grupos de usuários não são dissociadas de referências a classe – renda, escolaridade e profissão – na verdade, tais referências estão interpenetradas nas suas confluências, nas configurações de dominação entre estabelecidos e *outsiders*. Para podermos analisar melhor a problemática aqui proposta, vamos trazer à tona práticas de certas subculturas de usuários de drogas, e objetivando uma noção menos contaminada do peso da

ilicitude, não vamos associar estas subculturas à exclusão econômica, ou seja, vamos priorizar grupos que não possam ser estigmatizados como economicamente excluídos. Levando em conta a reflexão feita por Gilberto Velho de que o conceito de subcultura implica numa linha de continuidade com uma cultura dominante que a inclui, o que no caso das drogas não contemplaria o conflito que é nosso objetivo abordar, é preferível fazer uma mediação de *subcultura* para *comunidade*, que talvez esteja menos contaminada por juízos de valor. Adiante falaremos mais sobre essa categoria.

Em busca de raízes

Inicialmente vamos abordar uma configuração de usuários caracterizada no seio da cultura de consumo brasileira, que vem sendo referenciada enquanto comunidade, não pelo consumo ostentatório de bens, mas pela perspectiva ideológico-filosófica de seu discurso. Essa tribo que tem facções distintas, tem o *habitus* de investir sua atenção não em busca da liberação de pulsões reprimidas pelo processo civilizador, mas no seu uso controlado, numa atuação social engajada. Nesse *ethos*, a droga é ressignificada como enteógeno - termo contraposto a alucinógeno, por demais conotado do sentido de entorpecimento e alienação - para designar a utilização de substâncias psicoativas com finalidades religiosas e/ou cognitivas. “O enteógeno que usamos é a Ayahuasca¹⁰, uma conexão entre o ser humano e a natureza, como foi durante muitos milênios, antes que a relação das sociedades com as drogas fizesse parte do Mercado”, diz um enteogenista.

Entre os integrantes de uma das facções dessa tribo – encontram-se médicos naturistas, professores universitários e jornalistas acima dos 30 anos que já tiveram experiências com outras drogas, mas apenas de forma “recreativa ou escapista, como muitos outros jovens que querem fazer parte de algum grupo”. Os enteogenistas, de forma geral, acreditam que sua tentativa os leva a não serem consumidores, mas sim, serem autênticos usuários, “aqueles que não compram, mas plantam e colhem seus enteógenos”, aqueles que se reintegram com a natureza com sabedoria, não com dinheiro, enquanto que o típico consumidor, está preso na teia das relações de consumo. Assim, “não estamos nem compactuando com a violência do tráfico, nem vendendo nossa consciência disfarçada numa compra”, diz um médico enteogenista, praticante há mais de 5 anos, que aprecia o uso conjunto da Ayahuasca com a Santa Maria¹¹.

¹⁰ - a Ayahuasca é um psicoativo originário da região norte, utilizado geralmente em cerimônias religiosas, trazido para a urbanidade nos anos 80.

¹¹ - a maconha ressignificada.

Como as informações e interdependências ampliam o alcance da rede reflexiva, os daimistas – uma outra facção enteogenista - já saíram dos limites geográficos do país e ganharam o planeta, havendo cerca de 1000 membros - em sua maioria, jovens urbanos com boa instrução - em 20 países, abrangendo as Américas, Europa e Japão, sendo o português a língua oficial do culto (Padilla). No Brasil, há cerca de 3000 seguidores, e em suas práticas, bebem o chá e cantam hinos noites adentro, numa sincrética harmonia entre várias tradições espiritualistas: catolicismo, candomblé, espiritismo e judaísmo.

Uma outra variação da tribo enteogenista, também pode ser encontrada nas grandes cidades brasileiras, mas diferentemente das anteriores tem um perfil mais popular, onde inclusive o uso da Santa Maria é barrado. No entorno de Salvador há pelo menos cinco grupos que seguem às suas maneiras, essa vertente. Sua liturgia guarda proximidade com a liturgia da tradição amazônica do Santo Daime, inclusive mantendo certa rigidez na hierarquia da divisão de poderes entre seus membros. Neles é possível encontrar várias gerações de uma mesma família participando do ritual - da avó, ao neto - ao lado de artistas e místicos. Alguns se referem à própria comunidade como “O Vegetal”¹².

Essas ramificações da proposta enteogenista enquanto comunidade tribal, ao invés de dividir, multiplica a configuração do seu espaço social. Na globalização de um processo originariamente regional, já foi conseguido que a Ayahuasca deixasse de ser uma droga ilícita em alguns países – e em muito contribuiu para isso, o fato de seu uso estar associado a um pertencimento em ritos religiosos, o que caracteriza o grupo como comunidade integrada. No Brasil, apesar de só ter sido liberada pelo CONAD no dia 08/11/04, já vem sendo considerada como substância lícita pelos seus usuários em suas representações há anos. Mesmo assim, no discurso estabelecido, muitos ainda percebem o uso de uma substância psicoativa associada a ritos religiosos como moralmente recriminável, e nesse recorte, os enteogenistas ainda são *outsiders*, mesmo já não estando na ilicitude.

Em busca de antenas

Bem mais difícil de desestigmatizar é uma comunidade construída em torno da maconha, por mais *high-tech* que soe sua proposta. É o caso do portal *Growroom*¹³ que está na *internet* desde 2002, caracterizando-se como um sítio virtual que abriga um fórum de usuários de *Cannabis sativa* com 5.443 membros cadastrados,

¹² - mas de forma geral, tal grupo é conhecido como “União do Vegetal”.

¹³ <http://www.growroom.net/board>

majoritariamente brasileiros. O espaço para sociabilidade no fórum permite que os usuários debatam o cultivo doméstico,¹⁴ métodos de consumo, segurança, e notícias relacionadas à maconha. Ao contrário da comunidade enteogenista, esta não é conectada pela raiz e sim pela antena, ou seja, não há uma tentativa de resgate de um modelo comunitário do passado ou de uma utopia regressiva, e sim a busca de um protótipo de comunidade do futuro, sedimentada em recursos configuracionais contemporâneos.

A proposta de redução de danos¹⁵ dessa comunidade é politicamente ecológica: “a gente planta nossa própria erva pra controlar melhor a qualidade e estar longe do tráfico, o que implica em ser a favor da legalização”. Esse discurso ganha dimensionalidade ao se observar que talvez de nenhuma outra forma fosse possível manter em contato direto uma quantidade tão grande de usuários, quanto através da internet. Levando-se em conta as especificidades desse meio de comunicação, os desdobramentos da virtualização das informações e sua própria sociabilidade, há em construção entre esses usuários, um novo sentido e uma nova configuração de comunidade de usuários de droga.

Se nas redes de usuários analisadas por Becker é visível que grande parte das informações que circulavam provinham de um coletivo de experiências disponibilizadas constantemente, na sociabilidade no ciberespaço, além das informações disponibilizadas por experiências de consumo, é possível acessar uma grande quantidade de publicações científicas¹⁶. Esse tipo de interatividade permite que os textos escritos pelos usuários - a maioria universitários que também trabalham, principalmente com informática - possam abrir espaço para a configuração de hipertextos que interpenetrem outros *sites*, buscando maiores informações que conectem reflexivamente o navegador às idéias que influenciaram a construção do texto inicial.

Tal processo configurado por interatividade e interpenetração, permite uma teia de possibilidades para que cada tópico posto *on line* seja interpretado junto às práticas dos

¹⁴ - cultivo que pode ser realizado dentro de armários, como se fossem estufas, requerendo certo instrumental: ventilador, lâmpadas frias, fertilizantes, num investimento inicial que não fica abaixo de R\$ 200 reais.

¹⁵ - em expansão desde os anos 80, as políticas públicas de redução de danos sociais relacionados ao uso de drogas, atentam para as interdependências e estratégias já empregadas pelos usuários e através delas tentam limitar os efeitos indesejáveis do consumo. Nessa perspectiva, um dos aspectos mais relevantes é a mobilização das próprias redes de sociabilidade dos usuários, a exemplo do que sucede em vários países em relação a drogas lícitas como o álcool e o tabaco.

¹⁶ - tais publicações científicas são manifestações do conhecimento perito. Segundo Giddens, a manutenção da confiança no conhecimento de especialistas – os sistemas peritos - está entre as condições essenciais a fluência das relações em sociedades avançadas.

usuários. Por exemplo, em meados de 2004, um membro da comunidade foi preso em São Paulo, acusado de traficar. O assunto divulgado pela grande mídia gerou um pólo de discussões na comunidade, pois, o usuário ao quebrar o código de ética estabelecido – plantio para consumo, não para tráfico – pôs em risco a proposta comunitária, inclusive levando alguns usuários a deixar de plantar, por precaução. A situação culminou com uma atualização reflexiva das regras e sanções do grupo.

No que se refere às configurações de maior extensão global, os usuários brasileiros, que estando acostumados a uma realidade na qual o consumo de maconha é estigmatizado, ao entrarem em contato com usuários que moram em outros países mais tolerantes¹⁷, reflexivamente ressignificam algumas regras e sanções, tanto quanto a forma como passam a perceber e representar a si mesmos, reduzindo inclusive o estigma propiciado pela ilicitude¹⁸ - o simples uso da internet já imprime uma ressignificação dos lugares da dominação, pois alguns usuários adotam a representação da internet como uma ferramenta de dominação, embora quanto a isso, haja controvérsias¹⁹.

Zygmunt Bauman indica que o indivíduo em relação com a comunidade se encontra mais instrumentalizado para realizar a síntese entre liberdade e segurança (2001:210/1). Nesta perspectiva, formar comunidades é um mecanismo de defesa, de redução de danos sociais, pois se tratando de usuários de drogas, as comunidades podem propiciar a segurança que falta para consolidar a liberdade dos usuários. Como no passado, a comunidade pode significar segurança, só que não no sentido das sociedades tradicionais, onde segundo Durkheim, a coletividade protegia a sociedade *das* individualidades, mas segurança no sentido da coletividade prover segurança *para* as individualidades. Uma comunidade extraterritorial como o *Growroom* configura segurança fluida, pois seu poder de aglutinação está na descentralização do poder.

Transcendo as portas do *shopping center*...

Há também uma comunidade de usuários que mesmo não sendo configurada enquanto emissora de um discurso politicamente correto, não tem representatividade

¹⁷ - há algumas comunidades semelhantes ao *Growroom*, por exemplo: www.samba420.net em português, www.Overgrow.com em inglês.

¹⁸ - para evitar a ilicitude, o portal *Growroom* não foi registrado no Brasil e sim na Alemanha, onde tem *status* legal para operar. Recentemente também foi barrado o acesso para menores de 18 anos.

¹⁹ - se por um lado, através da rede de computadores é possível ter um aparente controle de informações e procedimentos, por outro, a padronização dessa rede comunitária como “O” instrumento de dominação, pode reduzir o sujeito a objeto desse instrumento, e a segurança do meio torna-se assim, o algoz do segurado.

mediática estigmatizante. Seu discurso tem como trilha sonora a música eletrônica que muitas vezes soa como o próprio discurso. Vejamos como se processa essa comunidade, que inclusive foi motivo de investigação jornalística da revista Playboy.

...em busca do êxtase!

Boa parte dos consumidores das novas gerações de drogas sintéticas – capitaneadas pelo *ecstasy* - está na faixa entre 16 e 20 anos. Um número significativo destes usuários é de estudantes, pertencentes a famílias de classe média alta, ou alta. O custo desse tipo de droga é cerca de 4 vezes maior que o da cocaína, e está associada a um alto padrão de consumo – roupas de grife, *night clubs*. Essa tribo gosta de consumir a vida noturna e uma DJ que embala muitas baladas soteropolitanas, aponta: “Muitos usuários de *ecstasy* gostam de se sentir modernos”. E para se sentirem modernos, muitas vezes embebidos num discurso futurista retrô, alguns ressignificam o ambiente psicodélico dos anos 60/70, convidando, através de e-mails coletivos (*undisclosed recipient*), quem ainda não aderiu, a participar da festa, onde os sentidos momentaneamente podem ser descolonizados do princípio de realidade: "voltando no tempo, identifico uma *rave* numa tribo ancestral, onde o xamã canaliza as forças e estupefacientes alucinógenos - a famosa agricultura celeste - embalando a zona temporal autônoma de uma tribo, numa celebração coletiva e catártica ao redor de uma fogueira, sob a prata luz da lua. Tambores, palmas, cantos, gritos, com os pés no chão e a cabeça nas nuvens. Isto é *rave*",(e-mail anônimo: 2002).

Além da *rave* – ou apesar de, já que Salvador, cidade onde esta pesquisa ganha corpo, não ser uma cidade com grande oferta de *raves* como outras cidades do sul/sudeste do país – outro espaço social bastante apreciado pelos “extasiados” para a descolonização dos sentidos é a casa de algum deles, ou da família quando esta não está presente, principalmente quando a “balada” acaba, pois, de acordo com matéria da revista Playboy nº323: "Saímos da balada e vamos todos para a casa de alguém, ficar nos beijando e nos tocando por horas", conta uma usuária, que participou desse tipo de jogo sexual com até oito pessoas. "A onda me faz gostar de todos, quero abraçar, beijar todo mundo. Chega uma hora em que todos ficam se agarrando. É a famosa almôndega", conta outra usuária assídua. Apesar dessa permissividade envolvendo indivíduos de ambos os sexos, de forma geral poucos se dizem bissexuais, apenas são pessoas sem preconceitos.

Por não apresentar efeitos colaterais imediatos²⁰, o *ecstasy* é considerado droga *light* entre os usuários. "Parei de beber, parei de cheirar. Agora só tomo 'E' " (*idem*). Para quem curte os embalos noturnos, o *ecstasy* apresenta vantagens em relação à cocaína, droga que anteriormente ao *ecstasy*, era considerada como *A droga* das “baladas”, pois o *ecstasy* dá “ligação” como a cocaína, mas sem tensão e sem paranóia. Essa substituição de uma droga por outra, tem a ver não só com as tendências de mercado – é uma droga mais segura para comercializar - como também com a rede de informações explicitada por Becker, pois diferentemente da maioria dos usuários de cocaína, o usuário de *ecstasy* procura efetuar uma perceptível redução de danos sociais. Pra começar, uma redução de danos que essa comunidade releva, está na forma de aquisição da droga; "Não existe boca pra comprar *ecstasy*. Dá pra encontrar nas festas e nas casas noturnas, mas o mais usual é que venha de um amigo que viajou pra Europa e trouxe vários", conta à Playboy outro usuário, que garante que todas as pessoas de quem já comprou a droga eram também consumidoras. Outra informação básica, é que o *ecstasy* desidrata, e o álcool não serve como hidratante, além de ter potencial químico para cortar “a onda” (*idem*). Além disso, o usuário também sabe que o uso de álcool traz perigo inclusive para os não usuários, como corroborou um usuário local: “essa é uma grande vantagem do *ecstasy*, pois todo mundo sabe que o álcool deixa o “Cara” violento, e sem limites. No fim da noite o “Cara” que bebe acaba causando acidentes de trânsito. Tá lá nos jornais que a maioria dos acidentes de trânsito tem ligação com o uso de álcool. A gente aqui respeita a vida”.

De forma geral, o fato de não configurar envolvimento com violência ou criminalidade e de estar numa reticularidade de alto poder de consumo, faz com que a imagem pública dos “extasiados” seja a de uma tribo de consumidores recreativos, não exatamente de desviantes ou *outsiders*. A própria polícia, parece ser mais tolerante com esses usuários, principalmente por serem identificados a famílias estabelecidas. Porém, aos olhos de dois jovens integrantes da comunidade *Hip-hop* local, eles são: “filhinhos de papai que vivem pra queimar dinheiro e neurônios”, “eles não fazem nada, só pensam neles mesmos”. Estes dois olhares distintos operados por dois *outsiders* explicitam como o estigma aqui é construído, muito mais baseado na condição socioeconômica e na atitude política-existencial do consumidor, do que necessariamente sobre o efeito psicoativo das drogas.

²⁰ - contudo, a matéria adverte quanto aos riscos do uso por longo tempo e em grande quantidade.

Compre um, leve dois, e pague três!

Por fim, não devemos deixar de considerar usuários que não estando configurados em comunidades ou grupos, não possuem ainda voz própria, mas fazem parte de uma teia de conexões que pode ser representada como usuários involuntários, ou mais precisamente clientes estabelecidos²¹.

Só para situar a questão, a OMS sinalizou em 2001, que em 20 anos, a depressão que naquele ano atingia 6% da população planetária, será a maior causa de incapacitação social, perdendo terreno apenas para as doenças cardíacas (Folha de São Paulo: 06/09/2001). A pergunta que fica no ar após tal projeção é: como será viável tratar uma depressão coletiva, na medida em que nem sequer os supostos deprimidos fazem parte de um grupo social definido e reconhecido como tal? Aqui o universo referido não se limita a três ou quatro indivíduos, mas a milhões de subjetividades, algumas que nem sequer sabem dos sintomas da depressão ou mesmo que os possuem. Nesse sentido, fato incontestável é que: o Prozac, antidepressivo mais vendido no mundo, já é o sexto remédio com maior saída de mercado, com 11 milhões de usuários, faturando US\$ 1,2 bilhão no ano 2000 (folhaonline, 24/01/02). O Prozac é fabricado pelo laboratório *Eli Lilly* apenas desde 1987, o que torna seus números mais significativos sem falar dos outros laboratórios com seus similares - uma interlocutora inclusive colocou-se como uma perita na questão, já tendo usado similares do Prozac como Fluxene e Diaforin, ou genericamente, cloridrato de fluoxenita.

Mas se a depressão é racionalizada como a enfermidade do futuro, não é difícil constatar que, em casos onde o uso de drogas não corresponde a uma busca de alternância de estado de consciência e sim a indicações médicas, muitas ambivalências possam se delinear em função do cruzamento de poderes e saberes, que nem sempre têm um interesse comum. Isso por que o médico ao iniciar um tratamento pode não visar prioritariamente o bem-estar do cliente e sim a erradicação dos sintomas, inclusive ignorando alguns efeitos colaterais da medicação, ao tempo em que o cliente pode desejar exatamente os efeitos colaterais que o médico deveria tentar evitar, ou mesmo não perceber que esses estão diretamente relacionados com o tratamento.

²¹ - cliente no sentido de consultar um *sistema perito* como diria Giddens: “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (1991: 35). Nesse caso, o sistema perito é representado por um médico que assegure que o consumo é muito mais uma necessidade que um desejo. Essa institucionalização do consumo permite ao cliente um *status* diferenciado do que teria um mero consumidor ou usuário, pois aqui ele é licitamente estabelecido e não um *outsider*.

Na configuração médico/cliente, nem sempre o médico compartilha plenamente seu saber com o cliente, em função de resultados que apresentem efeitos secundários que o paciente possa querer evitar - é o caso do Prozac que em 30% dos usuários pode levar a redução do desejo sexual. No equilíbrio das relações de dominação, a questão é: o que é prioridade para o médico e/ou para o cliente, e nesta relação, qual prioridade deve ser priorizada - a interlocutora citada dois parágrafos acima, atuante na área de Saúde, usuária de ansiolítico e antidepressivo, vem buscando nos últimos sete meses a combinação farmacológica certa que permita combater a ansiedade e a depressão, sem lhe causar sonolência, inclusive já tendo trocado de médico. Não se deve ignorar que há a possibilidade do médico não dominar todo o saber sobre as drogas que receita, e aqui entra em questão a rede de comunicação/informação entre médico e laboratório/pesquisadores²².

Quando se trata de drogas lícitas, o conhecimento por parte do usuário pode não se basear numa rede de informações configurada com outros usuários, mas sim na sua confiança no sistema perito, representado pela figura do médico. Isso o deixa à vontade para consumir sem maiores preocupações. Levando em conta que boa parte dos novos consumidores de medicamentos antidepressivos, são crianças com “problemas de humor e de comportamento” (Kluger), são os pais ou responsáveis que num primeiro momento estarão livres destas preocupações.

E se a reflexão sobre o consumo de drogas e identidade do usuário não deve se restringir às drogas ilícitas, recomenda-se levar em conta, que o consumo de drogas lícitas, nem sempre tem o aval de um médico. Sem entrar na discussão sobre os riscos da automedicação, é emblemático – ou sintomático - o fato de que no Brasil, onde muitos estão abaixo da linha de pobreza, em 2002 havia 54 mil farmácias, enquanto por outro lado havia 50 mil padarias (Morais). Sendo que uma farmácia para cada 3 mil habitantes é mais que o dobro recomendado pela OMS, na realidade social local, as drogas lícitas parecem ser tão configuradoras da cultura vigente, quanto a comida.

Entretanto, que não pareça que consumo de remédios sem receita médica seja um problema relacionado à pobreza – remédio custa tanto ou mais que comida - pois, na verdade, a cultura de consumo consegue ser mais complexa do que a falta de receita médica sugere: desde 2002, o "cibertráfico" realizado por farmácias virtuais com ofertas de medicamentos supostamente controlados, vem conquistando consumidores. O trunfo

²² - recente pesquisa de doutorado na Unesp, aponta que 27% dos médicos atualizam seus conhecimentos sobre os medicamentos que utilizam, com os vendedores dos laboratórios (Jornal Nacional, 14/05/04).

desse comércio é que muitas dessas farmácias não exigem que o consumidor apresente prescrição médica. Sua rede de informações se constrói a partir de e-mails, geralmente em língua inglesa. Os consumidores básicos deste tipo de comércio são ex-clientes de serviços médicos que continuam a usar os medicamentos mesmo após o fim do tratamento, ou simplesmente usuários de drogas que querem recebe-las em casa, por preços quase sempre mais baixos. (Coelho: 03/03/04).²³

Seguindo esta perspectiva, além do comércio de drogas lícitas, há o cibertráfico de drogas ilícitas. A edição do jornal Estado de São Paulo publicada em 01/07/02, traz uma reportagem investigativa sobre essa modalidade de tráfico:” *Farmácias Virtuais são Nova Frente do Tráfico*”, onde é afirmado que entre os principais "centros atacadistas" de venda de drogas pela internet há *sites* da República Checa, Holanda e Tailândia. (Pereira & Magalhães). Nesse recorte, os usuários são configurados em rede ao redor da droga, não caracterizando necessariamente uma comunidade, o que significa, em outras palavras, que em certas configurações nem sequer é fundamental que os usuários tenham conhecimento uns dos outros. Nessa modalidade de interpenetração e interdependência, configuram uma rede de consumidores, cujas informações que circulam entre eles são informações indiretas, verticalizadas, ligadas à conspicuidade do consumo e não necessariamente a socialização e identidade do grupo enquanto tal.

Consumir e ser consumido, eis a questão!

Chegando aqui já podemos retornar ao começo do texto, quando focamos a relação entre a ilicitude das drogas e a identidade do usuário. De forma geral, a observação dos grupos de usuários indica que as identidades correspondentes passam por rituais e sanções próprios, mas que não são construídas independentes de uma ampla configuração. Já percebemos que o ilícito guarda proximidade com o estigma do desvio, sendo que alguns afirmam suas identidades desviando pela rota da ilicitude. Contudo, construir identidade não quer dizer partir de uma condição onde não haja identidade, e sim ter liberdade para ressignificar a identidade (su)posta de acordo com demandas específicas – mas sempre interdependentes e interpenetradas a outras demandas, outras

²³ - De qualquer forma é bom não desconsiderar que boa parte do consumo de drogas lícitas, medicamentosas, ainda é feito com receita médica. Uma interlocutora que durante muitos anos foi usuária de drogas ilícitas – maconha e cocaína – trocou-as por drogas lícitas, basicamente antidepressivos. Com o passar do tempo ela se tornou uma perita no assunto, e em sua casa, ela com prazer, mostrou seu armário de remédios que pareceu uma vitrine de farmácia. O fato de serem drogas lícitas, a deixava mais tranqüila para consumir, principalmente por não ter do que se sentir constrangida diante da filha.

identidades - pois a liberdade para optar entre uma configuração de identidade e outra, é processualmente construída.

Segundo Bauman: “a liberdade existe apenas como relação social; que, em vez de ser propriedade, fruição do indivíduo em si, é uma qualidade que faz parte de uma certa diferença entre os indivíduos; que só tem sentido como oposição a algum outro condicionalismo, passado ou presente”(1989:18). Se assim for, podemos então dizer que a liberdade só tem sentido quando se vivenciou alguma forma prévia de restrição a sua fruição²⁴. Ora, num exercício silogístico, podemos pensar que construir uma identidade em torno do ilícito - com todo estigma que este carrega - é partir de uma condição previa onde a identidade tenha estado próxima de vínculo com o lícito, mas tal proximidade não foi suficiente para garantir a liberdade. Nesse sentido, a liberdade buscada, é liberdade para dimensionar certa identidade como aprisionante, insatisfatória, quando a insatisfação parece ser na atual cultura, o grande mal a ser combatido. Como o discurso do consumo afirma haver livro de ajuda para quase tudo e *personal trainer* para o tudo que sobrar, o importante tem sido oferecer possibilidades de satisfação, como um sinônimo de liberdade. “Esta centralidade da liberdade individual como um elo que mantém unidos o mundo da vida individual, a sociedade e o sistema social, foi atingida com o recente deslocamento da liberdade para fora da área da produção e do poder e para dentro da área do consumo” (*ibid*:18/9). Nesse ínterim, a importância dos peritos é reforçada, pois a segurança que caracterizou o discurso da modernidade não é descartada, apenas reconfigurada diante do discurso da liberdade pós-moderna, cabendo aos peritos, um papel importante na ressignificação da segurança.

Se o discurso que caracterizava uma cultura de produção era o da fé no futuro, na cultura de consumo o futuro é um risco, restando a liberdade de construir, no presente, a felicidade. “a liberdade de escolha é na sociedade pós-moderna, o essencial entre os fatores de estratificação” (1998,118), “Na sociedade pós-moderna e de consumo, escolher é o destino de todos, mas os limites de escolhas realistas diferem e também diferem os estoques de recursos necessários para fazê-las. É a responsabilidade individual pela escolha que é igualmente distribuída, não os meios individualmente possuídos para agir de acordo com essa responsabilidade”. (1998, 243).

E nesse ínterim entram as drogas, pois, através delas, não só o traficante encontra o caminho mais rápido para o enriquecimento, como o usuário também racionaliza uma

²⁴ - e aqui passamos em revista o autocontrole de pulsões não só em Freud, mas também em Elias, Giddens, Foucault e Marcuse, como linha básica para configurar nosso referencial teórico.

instrumentalização para trazer ao presente, alguma liberdade para alcançar certa felicidade. “O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhe concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse “amortecedor de preocupações” é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e sua capacidade de causar danos”(Freud:97). Eis o cerne do grande embate entre o princípio da realidade e o princípio do prazer.

Em Busca da Excitação

Em decorrência da possibilidade de atingir a liberdade pelo consumo, os grupos outsiders que ascendem à condição de consumidores, podem sentir-se tão próximos da liberdade quanto os grupos estabelecidos. Se antes do deslocamento da ênfase na produção para a ênfase no consumo, a perspectiva civilizatória utilizava o controle das pulsões individuais para definir as fronteiras do progresso social – em termos freudianos, o princípio de realidade ofuscando o princípio de prazer – atualmente, o controle dá-se através da (aparente) liberação das pulsões, dos desejos, - o princípio de prazer interfaceando o princípio de realidade, oferecendo o que antes esteve culturalmente proibido, suspenso, e, através dessa oferta, vender um projeto de liberdade. Gradativamente a felicidade vem sendo trocada pelo desejo, mais compatível com o consumo conspícuo, deixando para trás o tempo em que a prisão maior que cercava o *outsider* era a da falta de liberdade para assumir sua identidade. Hoje ele já pode obtê-la, por um preço que pode pagar - obviamente, para alguns, esta obtenção é mais complexa, mas é nessa luta que as identidades são ressignificadas.

Partindo deste princípio, ao invés de eleger a culpa como reguladora do *habitus* social, cada vez mais o *slogan* da hora parece ser: “*Enquanto a vida lhe consome, consuma a vida!*”. “O estímulo de novos desejos toma o lugar da regulamentação normativa, a publicidade toma o lugar da coersão e a sedução torna redundantes ou invisíveis as pressões da necessidade” (Bauman:1998,185), sem preconceitos se dirigindo tanto para quem pratica esportes radicais, quanto para quem frequenta cultos neo-pentecostais. O que imputa culpa ao indivíduo não é o fato dele transgredir alguma proibição à

liberdade, ou desviar das normas para obter satisfação, mas, o fato de não gozar desta, pois já nem é necessário transgredir ou desviar para isso, já que tudo tem preço e a oferta é para todos, e mesmo quem não pode pagar, pode desejar.

Entretanto não se deve operar uma redução dessa cultura a um hedonismo anômico – ausência de princípios morais levando a um prazer autodestrutivo. Se por um lado o consumidor é livre para desejar obter satisfação, por outro ele tem o “dever” de desejar uma satisfação segura. A liberdade contemporânea demanda segurança e não é por acaso que nos *banners* e *outdoors* encontra-se cerveja com 0% de álcool, café livre de cafeína, doce sem açúcar, sexo sem o outro. Não é por acaso que as comunidades de usuários de drogas constroem suas práticas com mecanismos para redução de danos, como também não é por acaso que a indústria de antidepressivos apropria-se do prognóstico da OMS para garantir que seus clientes não sejam estigmatizados como usuários de drogas, afinal: “A liberdade é na verdade um privilégio, e um privilégio oferecido com moderação e sem entusiasmo por parte de quem a oferece” (Bauman, 1989:56), e quem oferece está sempre de olho em quem aceita - ou não – a oferta.

Da cultura de produção para a cultura de consumo, passamos do sistema panóptico, onde poucos observavam muitos²⁵, para o sistema sinóptico, onde muitos reflexivamente observam poucos, principalmente os que estão sob o foco da mídia. Os olhos de *Big Brother*, inclusive e muitas vezes, principalmente, das próprias comunidades *outsiders*, pedem que, por exemplo, os músicos Marcelo D2 e Lobão – já que ambos foram presos e estigmatizados como usuários de drogas — continuem (sendo o que chamo de) “estabelecidamente *outsiders*” ou “estabelecidos enquanto *outsiders*”, que façam apologia da droga em qualquer configuração. Em função desta redução processual, aos olhos dos pares, não é compatível com o *Eu* estabelecidamente *outsider* de D2 cantar samba no Faustão ou levar o filho pra passear na Disney, ou que Lobão diga que rock é caretece e participe de debates com políticos e empresários para discutir direito autoral. Se assim o fizerem, estarão negando suas identidades sinópticamente construídas, quando o que se espera é que o *Eu* usuário se imponha a qualquer *Nós* que se configure, afinal: “Dada à ambivalência da vinculação do indivíduo com a sua categoria estigmatizada, é compreensível que ocorram oscilações no apoio, identificação e participação que tem entre seus iguais” (Goffman:47).

²⁵ - “o sistema panóptico ...é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada”, (Foucault: 1986, 183).

Já a associação da representação pública da apresentadora e VJ Soninha e dos atores Luana Piovanni e Marcelo Anthony, com a imagem de usuários de drogas, soa tão contrária às suas identidades midiaticamente difundidas enquanto estabelecidos, que, logo após os episódios polêmicos nos quais estiveram envolvidos – as primeiras, ao assumirem publicamente que fumam maconha, e o último, quando foi preso tentando comprá-la - suas imagens foram retiradas de circulação: Soninha foi despedida da Rede Cultura, e Piovanni e Anthony tiveram trabalhos momentaneamente cancelados. Estes atores – que além de atores profissionais, são atores sociais - sendo estabelecidos com o *status* de estabelecidos, não “devem” ser estigmatizados como *outsiders*, ou seja, não têm ampla possibilidade de consumir, sem que suas identidades não sejam consumidas ao mesmo tempo. Se Lobão, que sofreu 132 processos criminais, hoje prescritos, e D2, que passou pela Febem, são estabelecidos como *outsiders*, essa é uma forma de inclusão que foi propiciada exatamente pela ilicitude das drogas. A liberdade que a ambos é ofertada, é uma liberdade sinopticamente imputada.

O que com isso fica claro, é que na lúdica cultura brasileira de consumo, a reificação da consumação dá-se quando o sujeito tornou-se usuário desejante, do qual se espera que conspicuamente consuma mais²⁶. O usuário de drogas, é dessa situação apenas um exemplo, e quem espera que ele consuma mais não é necessariamente o traficante, é quem não o vê sem o estigma de consumidor desviante, é quem o vê como *outsider* ontológico e não histórico²⁷. Assim a identidade do consumidor estabelecidamente estigmatizada, deve durar mais tempo do que o próprio efeito psicoativo da droga...

FIM

PS – Este artigo foi originariamente apresentado no 1º Encontro Nacional de Antropologia do Consumo, realizado pela Universidade Federal Fluminense em 26 de maio de 2004.

²⁶ - e aqui não restringimos a referência às drogas ilícitas, bastando lembrar a polêmica que se configurou em torno da associação feita pelo jornal *New York Times*, da imagem do presidente Lula com a bebida alcoólica.

²⁷ - há de se analisar futuramente, os efeitos que a extinção da pena de cadeia para usuários de maconha venha a proporcionar.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt *A Liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- _____ *Modernidade Líquida*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BECKER, Howard. *Outsiders*. New York: The Free Press, 1997.
- _____ *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- COELHO, Luciana. *Farmácias Virtuais são Nova Frente do Tráfico* in Folhaonline : 03/03/04.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições-70, 1999.
- _____ *O Processo Civilizador Vol. II*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.
- _____ *A Sociedade dos Indivíduos*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____ *Norbert Elias por Ele Mesmo*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric *Deporte y Ocio en el Proceso de Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão*. R. J.: Imago Editora, vol. XXI, 1974.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. SP: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. R.J.: LTC Editora, 1988.
- PADILLA, Ivan. *Chá sem fronteiras* in Revista Época nº225. Editora Globo, 09/09/02.

MACRAE, Edward. & SIMÕES, Júlio. *Rodas de Fumo*. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAIEROVITCH, Walter. *Bodes Expiatórios* in Carta Capital n° 244. S.P.: Ed. Abril, 2003.

MORAIS, Jomar. *Viciados em Remédios* in Superinteressante n° 185, S.P.: Ed. Abril, 2003.

SOTTOMAIOR, Louise. *Ecstasy* in Revista Playboy n° 323. S.P.: Editora Abril, 2002.

VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquias*. RJ: F.G.V., 1998.